

A caça régia e os seus oficiais no Portugal medieval: um projeto para o seu estudo

AFONSO SOARES DE SOUSA

Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Medievais

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-68-0/inc13a10>

Sumário

Este artigo tem como principal objetivo apresentar um projeto de doutoramento que se encontra em execução e que procura compreender a interação que os monarcas medievais portugueses estabeleceram com a caça, não só enquanto uma atividade lúdica e de preparação militar, mas também como uma forma de afirmação social, política e de demonstração de poder. Para tal, apresentamos os pontos essenciais que balizam este projeto, o seu enquadramento historiográfico, fontes e metodologia.

Palavras-chave: Caça; Coutadas; Montaria; Falcoaria.

Abstract

This paper's main objective is to present an ongoing doctoral project that aims to understand the interaction that medieval portuguese monarchs established with hunting, not only as a recreational activity and military training, but also as a form of social and political affirmation and demonstration of power. To this end, we present the essential points that underpin this project, its historiographical framework, sources and methodology.

Keywords: Hunting; Coutada; Big-game hunting; Falconry.

1. Tema, cronologia e espaço

Intitula-se “A caça régia e os seus oficiais no Portugal medieval” o projeto de tese que agora estamos a desenvolver, no âmbito do Doutoramento em História, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) e Instituto de Estudos Medievais (IEM NOVA/FCSH)¹.

Naturalmente, debruça-se sobre o mundo da cinegética, em particular aquela que era praticada pelos monarcas medievais portugueses, e tem como principal objetivo trazer uma nova compreensão desta atividade.

Enquanto, para uns, era uma necessidade, para outros (incluindo os monarcas) era uma atividade recreativa que “perseguiu” muito mais que a presa. “*Folganças e desenfadamentos*”² era como D. Duarte apelidava aquilo que hoje catalogamos de caça lúdica, ou desportiva. Nela os reis, no decorrer das suas itinerâncias pelo reino, passaram “semanas e meses”³, como já referia A. H. de Oliveira Marques, divertindo-se enquanto treinavam o domínio das armas. Mas seria esta uma prática destinada apenas ao divertimento e preparação militar de quem a praticava?

Para explorar este assunto pretendemos estudar os oficiais régios que, na Corte ou espalhados pelo reino, serviram na preparação da caça, criação dos animais necessários para a sua prática e na gestão e proteção dos espaços que lhe eram reservados. Estes foram, verdadeiramente, tanto um reflexo como um produto da caça régia. Assim, importa-nos estudar estes indivíduos como elementos de uma rede que partia do poder central e se estendia a todo reino, com o intuito de compreendermos a importância da cinegética no contexto da sociedade medieval portuguesa.

A moldura cronológica que decidimos adotar situa-se entre os reinados do primeiro monarca português, D. Afonso Henriques (1143?-1185), e de D. João II (1481-

¹ Este projeto tem como equipa de orientação o Professor Saul António Gomes (orientador) e o Professor Tiago Viúla de Faria (coorientador) e está a ser financiado pela Fundação Para a Ciência e Tecnologia (2023.01596.BD). Agradecemos todas as leituras, sugestões e revisões de: António Conduto Oliveira, Diana Martins, Flávio Miranda, João Nisa, João Pedro Alves, Paulo Catarino Lopes, Paulo M. Dias, Saul António Gomes e Tiago Viúla de Faria.

² Carlos Baeta Neves, dir., *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: chancelarias reais*, vol. 1 (Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, 1980), doc. 409, 270-272.

³ A. H. de Oliveira Marques, “A vida quotidiana,” in *Nova História de Portugal*, vol.4: *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Presença, 1987), 479-480.

1495). Se, por um lado, a datação inicial não carece de uma explicação de grande profundidade, a datação final necessita de alguma justificação.

Esta prende-se com dois principais motivos: um de cariz metodológico e outro relacionado com a própria temática. De um ponto de vista metodológico, vedar o reinado de D. Manuel I à nossa intervenção afigura-se como indispensável para garantir a exequibilidade do nosso projeto de doutoramento, sobretudo atendendo à quantidade de informação disponível para o reinado do *Venturoso*. Contudo, o argumento mais relevante prende-se com a própria temática em estudo. Isto porque, no reinado de D. Manuel I, verifica-se uma mudança clara na relevância dada aos espaços onde a caça era executada, uma vez que a área coutada é alvo de uma reestruturação, em parte provisória, e a sua relevância passa a estar bastante ligada à exploração de um outro recurso natural, essencial para a construção naval e, consequentemente, para o processo de expansão ultramarina: a madeira⁴.

Embora este não seja um momento de rutura, ou profunda transformação, da prática da caça régia – que, note-se, se pautou durante todo o período medieval por manter os cânones “clássicos” da caça – existiu uma alteração da sua importância, em detrimento de outros setores, refletida no abandono de vários espaços para a sua prática e, nos que se mantiveram, da alteração do interesse no recurso que mais se procurava preservar.

Tudo isto teve como palco a geografia hoje ocupada por Portugal continental, sendo por esse motivo o espaço que teremos em conta. É um facto que, sobretudo a partir de 1415, o território dominado pela coroa portuguesa começou a alterar-se profundamente. Contudo, nada nos demonstrou que, até 1495, o “regime de coutadas” ligadas à prática da caça régia – ou a rede de oficiais periféricos encarregue de guardar e gerir estes espaços – tenha sido implementado nos territórios de “além-mar”⁵.

⁴ Acerca deste assunto veja-se: Nicole Devy-Vareta, “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa: as matas medievais e a “coutada velha” do Rei,” *Revista da Faculdade de Letras - Geografia* (1^a série) 1 (1985): 47-67; Nicole Devy-Vareta, “Para uma geografia histórica da floresta: do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (XV-XVI),” *Revista da Faculdade de Letras - Geografia* (1^a série) 2 (1986): 5-37; Nicole Devy-Vareta, A. Monteiro Alves, “Os avanços e recuos da floresta em Portugal – da Idade Média ao Liberalismo,” in *Floresta e sociedade: uma história em comum*, coord. Joaquim Sande Silva (Lisboa: Público - Comunicação Social SA; Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2007), 55-75; Afonso Soares de Sousa, “Salvaguardar as Florestas Régias: os oficiais periféricos e gestão dos recursos naturais no Portugal medieval,” *Revista Territórios & Fronteiras* 16/2 (jul.-dez 2023): 23-36.

⁵ Ressalvamos, naturalmente, que caso algum documento nos demonstre o contrário teremos de reavaliar esta questão.

2. Enquadramento historiográfico

Tendo por base a historiografia que pudemos percorrer até ao momento, não existe um estudo sistemático e aprofundado acerca da caça régia medieval portuguesa, dos seus oficiais, espaços reservados e, sobretudo, da sua importância social, política e simbólica. Contudo, existem riquíssimos contributos que surgiram, segundo diferentes enfoques e abordagens, que, na impossibilidade de serem apresentados numa simples sucessão cronológica, organizámos em grupos temáticos ou linhas de investigação⁶.

Não podemos deixar de recuar à transição do século XIX para inícios da centúria seguinte, altura em que Henrique da Gama Barros, com uma abordagem vincadamente institucional e administrativa, na sua *História da Administração Pública*, trata a caça, os espaços coutados e a sua legislação, numa síntese abrangente, mas que está hoje algo desatualizada e que não reflete a total relevância desta atividade na sociedade medieval portuguesa⁷.

Na sua contemporaneidade, Costa Lobo (em 1903) traça o retrato de uma geografia ocupada por Portugal, entreabrindo janelas bastantes descritivas, de como as fronteiras artificiais se sobrepunham à paisagem natural no Portugal do medievo tardio. Trata, neste âmbito, documentação sobre coutadas e explora o que esta nos diz sobre a relação que o Homem daquele tempo estabeleceu com o meio natural⁸.

Francisco Esteves Pereira, em 1918, tratou muito brevemente os monteiros e os espaços coutados para a caça de montaria na introdução que escreveu, no âmbito da edição do *Livro da Montaria* de D. João I. Se, por um lado, apresenta pouca inovação

⁶ Realçamos que, neste texto, não nos dedicamos a elencar toda a produção escrita sobre a cinegética medieval, mas apenas os textos mais relevantes para o estudo do caso português, no período cronológico que pretendemos abordar.

⁷ Este autor aborda, num primeiro momento, a forma como o acesso à caça evoluiu – numa perspetiva da História do Direito –, como os oficialatos de gestão e proteção dos seus espaços se desenvolveram e as conflitualidades que geraram junto das comunidades locais. Em segundo, a propósito da criação de gado, volta à questão das coutadas e acrescenta mais alguns aportes sobre hierarquias, obrigações e privilégios dos oficiais régios ligados à fauna e flora. Apesar de ser uma obra orientada para uma perspetiva administrativa, encontram-se nela alguns aportes que recaem sobre o plano social, tanto daqueles que integraram as malhas do poder régio, como de outros que sofreram com a sua atuação. Henrique Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, t. VI (Lisboa: Livraria Sá da Costa - Editora, 1950), 37-92; Henrique Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, t. IX (Lisboa: Livraria Sá da Costa - Editora, 1953), 141-169.

⁸ António Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XV* (Lisboa: Edições Rolim, 1984), 63-96.

sobre os “homens da caça” e os seus espaços, por outro, traz-nos importantes contributos de história animal – pouco própria (e à frente) do seu tempo – dissertando sobre animais caçados e caçadores⁹.

Já na década de 60, A. H. de Oliveira Marques abordou a prática cinegética na sua história d’*A Sociedade Medieval Portuguesa* (1964)¹⁰ onde a perspetivou segundo um plano social, olhando-a tanto como uma atividade económica, para uns, como uma verdadeira “distração”, para outros, servindo-se de um diversificado leque de fontes, que vão desde os rígidos textos legislativos até às jocosas cantigas medievais¹¹.

De 1965 em diante o conhecimento sobre a caça régia desenvolveu-se por intermédio do estudo dos seus oficiais, graças aos incontornáveis estudos de Carlos Baeta Neves¹². Muito ligado à História da floresta – sendo o próprio engenheiro silvicultor – retomou as pistas deixadas por Gama Barros e adotou um discurso que, na sua forma, contrastava com o de Oliveira Marques.

Apesar de serem contributos de enorme relevo, sobretudo se tivermos em conta a pouca produção feita até meados do século XX sobre aquelas matérias, não deixamos de destacar que, nestes textos, Baeta Neves esteve quase sempre demasiado preso ao objetivo de associar o oficialato medieval dos monteiros aos engenheiros silvicultores o que, associado à pouca documentação recolhida até então e à falta de um estudo aturado da mesma, o levou a diversas imprecisões e conclusões demasiado precipitadas. Ademais, pesou na sua produção uma perspetiva orientada para um

⁹ Francisco Esteves Pereira, “Introdução,” in Francisco Esteves Pereira, ed., *Livro da montaria feito por D. João I, rei de Portugal, conforme o manuscrito n.º 4352, da Biblioteca Nacional de Lisboa* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918), V-LXV.

¹⁰ A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2010), 28, 64-68, 96, 136, 216-217, 224-228.

¹¹ Realçamos que, tal como já destacara José Mattoso, esta obra foi fruto “de uma remodelação da sua [de A. H. de Oliveira Marques] tese de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa em 1956,” algo que apenas reforça a disparidade entre este texto e outros produzidos por historiadores do seu tempo. José Mattoso, “Perspetiva de um medievalista,” *Ler História* 52 (2007): 167-176.

¹² Entre a sua vasta produção, tendo em conta o âmbito que pretendemos estudar, destacamos os seguintes títulos: Carlos Baeta Neves, “Dos Monteiros-mores aos Engenheiros Silvicultores,” *Anais do Instituto Superior de Agronomia* 28 (1965): 19-172; Carlos Baeta Neves, “Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo sobre Monteiros-mores, Caçadores-mores e Caçadores e Couteiros de perdizes,” *Anais do Instituto Superior de Agronomia* 28 (1965): 173-304; Carlos Baeta Neves, “Da História do Paul da Ota e a defesa das «Zonas Húmidas»,” *Anais do Instituto Superior de Agronomia* 37 (1979): 257-274; Carlos Baeta Neves, “Alguns dos Principais Aspectos da Política Florestal em Portugal até ao Século XVII,” *Boletim do Instituto dos Produtos Florestais* s.n. (1980): 1-6; Carlos Baeta Neves, “O Ensino Superior Florestal em Portugal: antecedentes históricos, origem e evolução até à atualidade,” *Anais do Instituto Superior de Agronomia* 41 (1984): 153-174.

propósito identificativo – muitas vezes com o mero objetivo de constatar a antiguidade de uma profissão, instituição ou determinada prática.

Os seus esforços culminaram na publicação de uma importantíssima coletânea documental – ainda essencial para quem se debruça sobre história ambiental, animal ou cinegética – editada em 6 volumes, publicados entre 1980 e 1993: a *História Florestal, Aquícola e Cinegética*¹³.

Dos anos 80 em diante, é difícil traçar uma única linha cronológica de estudos, uma vez que o conhecimento da caça régia, dos seus oficialatos e espaços coutados, se desenvolveu segundo diversas linhas – por nós organizadas “artificialmente” –, que agora apresentamos.

Seguindo o *Corpus* documental levantado nos primeiros volumes da *História Florestal Aquícola e Cinegética*, seguiram-se novos aportes no âmbito da história da floresta portuguesa, logo nos anos de 1985-86, trazidos por Nicole Devy-Vareta¹⁴, e já nos inícios da década seguinte por Maria do Rosário Morujão¹⁵. Estes contributos, que certamente despertam maior interesse no plano do coberto arbóreo, acabaram por incidir, sobretudo, num dos oficialatos cinegéticos: os monteiros régios¹⁶.

¹³ Aqueles que mais nos importam (vols. 1-4), foram publicados entre 1980-83: Carlos Baeta Neves, dir., *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: chancelarias reais*, vol. 1 (Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, 1980); Carlos Baeta Neves, dir., *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: chancelarias reais*, vol. 2 (Lisboa: Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas- Direcção Geral das Florestas, 1982); Carlos Baeta Neves, dir., *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: chancelarias reais*, vol. 3 (Lisboa: Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas- Direcção Geral das Florestas, 1982); Carlos Baeta Neves, dir., *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: chancelarias reais*, vol. 4 (Lisboa: Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação- Secretaria de Estado das Florestas Direcção-Geral das Florestas, 1983).

¹⁴ Nicole Devy-Vareta, “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa: as matas medievais e a “coutada velha” do Rei,” *Revista da Faculdade de Letras - Geografia (1ª série)* 1 (1985): 47-67; Nicole Devy-Vareta, “Para uma geografia histórica da floresta: do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (XV-XVI),” *Revista da Faculdade de Letras - Geografia (1ª série)* 2 (1986): 5-37.

¹⁵ Maria do Rosário Morujão, “A floresta e o fogo em Portugal até ao século XVI,” in *Actas do II Encontro Pedagógico sobre Risco de Incêndio Florestal* (Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos, 1994), 41-62.

¹⁶ Isto porque, para além de auxiliares na caça, estes homens constituíam também – e usando das palavras de M. do Rosário Morujão – “os principais elementos das matas do rei”. Maria do Rosário Morujão, “A floresta e o fogo em Portugal até ao século XVI,” in *Actas do II Encontro Pedagógico sobre Risco de Incêndio Florestal* (Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos, 1994), 49.

Os aportes sobre a cinegética, a pretexto da história florestal, não cessaram no século XX, tendo continuado pelas mãos de Nicole Devy-Vareta, em coautoria com António Monteiro Alves (2007) – ainda que, para o período medieval, não tenham apresentado muitas inovações¹⁷ – e, mais recentemente, Koldo Trápaga Monchet (em 2017 e 2022)¹⁸, debruçando-se maioritariamente sobre cronologias posteriores aos finais da Idade Média, mas com alguma incidência nos séculos XIV e XV.

Para além destes, outros autores deram novos impulsos no estudo do pessoal venatório no contexto cortês. Ainda que o principal objetivo não fosse estudar de forma aprofundada a caça, podemos destacar as preciosas identificações de oficiais cinegéticos da Corte de D. Afonso III (e anteriores), feitas por Leontina Domingos Ventura (1991)¹⁹. Alguns anos mais tarde, Rita Costa Gomes (1995) também se debruçou sobre o assunto no âmbito d’*A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*²⁰ e estudou a distribuição dos principais paços régios, na sua íntima relação com localização das coutadas de montaria – assunto que voltou a desenvolver num capítulo publicado três anos mais tarde²¹. No primeiro ano do século XXI, Judite G. de Freitas²² e António T. de Carvalho (2001)²³, ambos sob orientação de Armando Luís de Carvalho Homem, exploraram brevemente o enquadramento dos monteiros-mores do reino no âmbito de extenso aparelho da administração régia.

Por outro lado, afastadas do contexto cortês, mas afetas às redes de “agentes” dos monarcas espalhados pelo reino, as produções de história local, identificaram diversos

¹⁷ Nicole Devy-Vareta, A. Monteiro Alves, “Os avanços e recuos da floresta em Portugal – da Idade Média ao Liberalismo,” in *Floresta e sociedade: uma história em comum*, coord. Joaquim Sande Silva (Lisboa: Público - Comunicação Social SA; Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2007), 55-75.

¹⁸ Koldo Trápaga Monchet, “El estudio de los bosques reales de Portugal a través de la legislación forestal en las dinastías Avis, Habsburgo y Braganza (ca. 1435-1650),” *Philostrato. Revista de Historia y Arte* 1 (2017): 5-27; Koldo Trápaga Monchet, “Las políticas forestales en los reinos de Castilla y Portugal (siglos XV-XVII),” in *Il bosco: Biodiversità, diritti e culture dal medioevo al nostro tempo*, coord. Alessandra Dattero (Roma: Viella, 2022), 85-103; Koldo Trápaga Monchet, Raúl Romero-Calcerrada, “Forest policies, administration, and management of the Leiria pinewood in Portugal (13th – 18th centuries),” *Management & Organizational History* vol. 17, 3-4 (2022): 138-165.

¹⁹ Leontina Domingos Ventura, “A Nobreza de Corte de D. Afonso III” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 1992).

²⁰ Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média* (Lisboa: Difel, 1995).

²¹ Rita Costa Gomes, “Monarquia e território: residências reais portuguesas, séculos XIV a XVI,” in *Lugares de Poder. Europa séculos XV a XX*, coord. Gérard Sabatier, Rita Costa Gomes (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998), 84-105.

²² Judite Gonçalves de Freitas, *Teemos por bem e mandamos. A Burocracia Régia e os Oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)* (Cascais: Patrimónia, 2001).

²³ António Teixeira de Carvalho, “A chancelaria régia e os seus oficiais em 1468” (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2001).

oficiais régios periféricos – e as suas áreas de atuação – contribuindo para o entendimento do impacto que esses indivíduos, ao serviço da Coroa, tiveram junto dos poderes locais, na exploração dos recursos naturais. Destacam-se os trabalhos de: José Mattoso (1987)²⁴, para a região do Soajo; Manuela Santos Silva (1987, 1997)²⁵, para o caso de Óbidos; João Santos Costa (2016)²⁶, no estudo de Palmela, e Saul António Gomes (2017, 2021)²⁷, para Leiria e outras localidades da região.

Além dos estudos que, de alguma forma, se debruçaram sobre os oficiais régios cinegéticos surgiram trabalhos dedicados à caça medieval que, embora excedam o âmbito da caça desportiva e régia, não deixam de ser uma referência para a temática que pretendemos abordar. Desde logo, o texto que, em 1987, A. H. de Oliveira Marques publicou no âmbito do quarto volume da *Nova História de Portugal*²⁸.

Mais expressiva foi a análise de Maria Helena Cruz Coelho e Carlos G. Riley (1988)²⁹ – que se mantém o estudo de referência sobre a cinegética no Portugal medievo, pela sua abrangência e profundidade. Alguns anos mais tarde, Maria Helena da Cruz Coelho (1996) volta a tratar a caça, desta vez num capítulo do terceiro volume da *Nova História de Portugal* e, na mesma publicação, António Resende de Oliveira aborda sucintamente o assunto, segundo a produção tratadística no contexto medieval português³⁰. Em 2006 e 2012, Iria Gonçalves publica a obra *Por terras de Entre-Douro-e-*

²⁴ José Mattoso, “A Caça no Soajo,” in *Fragmentos de uma composição medieval*, ed. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1987), 205-211.

²⁵ Manuela Santos Silva, “Óbidos Medieval: Estruturas Urbanas e Administração Concelhia” (Dissertação Mestrado, Universidade Nova de Lisboa Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1987); Manuela Santos Silva, “Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média” (Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 1997).

²⁶ João Santos Costa, “Palmela: o espaço e as gentes (séculos XII a XVI)” (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2016).

²⁷ Saul António Gomes, *Forais de Ourém* (Ourém: Câmara Municipal de Ourém e Fundação da Casa de Bragança, 2016); Saul António Gomes, “Leiria: Crescimento e Consolidação,” in *Forais de Leiria*, ed. Saul António Gomes (Leiria: Textiverso, 2017), 35-104; Saul António Gomes, *Colmeias - uma comunidade secular* (Leiria: Jorlis Edições e Publicações Lda, 2021).

²⁸ A. H. de Oliveira Marques, “A Propriedade Fundiária e a Produção,” in *Nova História de Portugal*, v.4: *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (Lisboa, Editorial Presença, 1987), 76-122.

²⁹ Maria H. da Cruz Coelho, Carlos Guilherme Riley, “Sobre a Caça Medieval,” *Estudos Medievais* 9 (1988): 221-267.

³⁰ Maria H. da Cruz Coelho, Armando de Carvalho Homem, “A Diversificação Económica,” in *Nova História de Portugal*, v.3: *Portugal em Definição de Fronteiras: Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Presença, 1996), 430-443. António Resende de Oliveira, “A Cultura das Cortes,” in *Nova História de Portugal*, v.3: *Portugal em Definição de Fronteiras: Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Presença, 1996), 683-685.

Minho com as Inquirições de Afonso III, onde se fornecem importantes dados para o conhecimento da caça e dos caçadores que habitavam a Norte do Douro, sobretudo segundo as Inquirições Gerais de 1258³¹. Entre essas duas publicações, José Manuel Fradejas (2007), traz-nos, entre a sua imensa produção, um texto que nos revela especial interesse para o âmbito que agora exploramos, debruçando-se sobre a literatura medieval (e não só) portuguesa sobre cetraria³².

No ano de 2015, Paulo Drumond Braga publica o capítulo “Divertimento, Utilitarismo e Barbárie: A Caça” que se destaca, sobretudo, pela extensão cronológica que apresenta e que lhe permitiu refletir sobre esta atividade numa perspetiva de longa duração.³³

Muito recentemente Miguel Brandão Pimenta e Paulo Caetano, publicaram o livro *Feras e Homens* (2022) – que apesar de ser direcionado a um público mais alargado, contém importantes resultados de investigação sobre a fauna, flora e cinegética no Portugal medievo³⁴ – e já em 2023 Andreia Fontenete Louro – que se encontra a desenvolver um projeto de doutoramento sobre a nossa relação com o lobo intitulado «Animal feroz, astuto, carnívoro e muito daninho»: a relação entre o imaginário cultural do lobo e a conservação da espécie (1220-1988) – publicou um artigo em que

³¹ No texto que publica em 2012 encontramos, em boa parte das páginas assinaladas, excertos textuais que já tinham sido publicados em 2006: Iria Gonçalves, “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258,” in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. vol. 2. (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006), 193-220; Iria Gonçalves, *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de Afonso III* (Porto: Afrontamento; CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2012), 41, 121-144, 199-207.

³² José M. Fradejas Rueda, “Aproximación a la literatura cetrera portuguesa,” *eHumanista* 8 (2007): 197-226. Entre a sua vastíssima produção escrita sobre a caça, que não nos ocuparemos de agora detalhar, não podemos deixar de destacar, além do texto já citado – que se debruça em particular sobre o caso português – uma obra (dividida em dois volumes) de referência, e um excelente guia, para qualquer estudioso de temáticas em torno da cinegética: José M. Fradejas Rueda, *Bibliotheca cinegetica hispanica: bibliografía crítica de los libros de cetrería y montería hispano-portugueses hasta 1799* (Londres: Grant and Cutler, 1991); José M. Fradejas Rueda, *Bibliotheca cinegetica hispanica: bibliografía crítica de los libros de cetrería y montería hispano-portugueses hasta 1799. Suplemento 1* (Woodbridge: Tamesis, 2003).

³³ Paulo Drumond Braga, “Divertimento, Utilitarismo e Barbárie: A Caça,” in *Animais e Companhia na História de Portugal*, coord. Isabel Drumond Braga, Paulo Drumond Braga (Lisboa: Círculo de Leitores, 2015), 185-215.

³⁴ Miguel Brandão Pimenta, Paulo Caetano, *Feras e Homens – A Fauna no Portugal Medieval* (Lisboa: Editorial Bizâncio, 2022).

se debruça sobre a caça defensiva, enquadrando-a entre os outros planos da atividade cinegética³⁵.

Além destes, outros contributos focaram-se exclusivamente na montaria no Portugal medievo (uma das duas principais vertentes da caça régia medieval) que já tinham despertado a atenção, em tempos recuados, de Mário Martins – em meados do século XX³⁶ – sobretudo através da interpretação do Livro da Montaria de D. João I. Foram produzidos trabalhos numa perspetiva orientada para a história ambiental – como o de Maria de Almeida Gomes (1997)³⁷ – e como atividade de preparação para a guerra, segundo as produções de João Gouveia Monteiro (1998)³⁸, Miguel Gomes Martins (2007) – no seu seguimento e sob sua orientação³⁹ – e, muito recentemente, de Ana Maria Rodrigues (2022)⁴⁰.

Em fevereiro de 2023, surge a dissertação por nós defendida que, propondo uma metodologia prosopográfica, possibilitou a identificação e estudo de mais de 700 oficiais. Permitiu, ainda, aferir a complexidade dos vários oficialatos régios ligados à caça e uma distinção entre os seus diferentes tipos – algo que, até então, arrastava inúmeras imprecisões historiográficas. O mais relevante é que ficou definida uma metodologia para o estudo de todos os corpos orgânicos de oficiais régios, ligados à fauna e flora, inaugurada através da caracterização de um desses grupos: os monteiros⁴¹.

No outro ramo da caça desportiva (e régia) medieval – a falcoaria – a historiografia encontra-se menos desenvolvida no contexto medieval português.

³⁵ Andreia Fontenete Louro, “Wolf hunting in Portugal in the Middle Ages (12th-15th Centuries),” *Cuadernos del CEMyR* 31 (2023): 115-137.

³⁶ Mário Martins, “Da caça e da concepção do desporto no ‘Livro da Montaria’,” in *Estudos da literatura medieval*, ed. Mário Martins (Braga: Livraria Cruz, 1956), 453-466; Mário Martins, “Experiência e conhecimento da natureza no «Livro da Montaria»,” in *Estudos de Cultura Medieval*, ed. Mário Martins (Braga: Editorial Viterbo, 1969), pp. 85-100 (publicado previamente em 1957, mas consultado nesta edição posterior).

³⁷ Maria de Almeida Gomes, “O Homem, o animal e a floresta – uma abordagem ao Livro de Montaria de D. João I de Portugal” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, 1997).

³⁸ João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998), 416-419.

³⁹ Miguel Gomes Martins, *Para Bellum: organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média: 1245-1367* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007), 303-308.

⁴⁰ Ana Maria Rodrigues, “Hunting, Jousting, and Fighting on Horseback according to King João I and King Duarte of Portugal,” in *Echoing Hooves: Studies on Horses and Their Effects on Medieval Societies*, ed. Anastasija Ropa, Timothy Dawson (Leiden/Boston: Brill, 2022), 204-222.

⁴¹ Afonso Soares de Sousa, “Monteiros e Montarias em Portugal na Idade Média” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2023).

Ainda assim, destacamos os contributos de Mário Martins (1972)⁴², do já referido Baeta Neves (1983)⁴³ e aqueles que nos chegaram pela mão de Carlos Crespo (1999 e 2013)⁴⁴.

No panorama historiográfico internacional, foram produzidos vários estudos acerca da caça medieval que, embora não se debrucem em particular no caso português, permitem compreender a forma como monarcas de outros reinos se relacionaram com a prática cinegética que, no contexto da Europa medieval, assumia o papel de verdadeira “linguagem universal”.

Destacam-se as obras de John Cummins⁴⁵, que tece uma impressionante análise com base em diversos tratados cinegéticos do espaço europeu (incluindo Portugal), e Richard Almond⁴⁶ que nos traz um contributo panorâmico da caça, em todas as suas vertentes e enquanto atividade transversal a todos os estratos sociais. Além destas, existem recentes estudos focados na caça desportiva analisando-a como uma atividade cuja função não se limitava ao divertimento de quem a praticava – realçamos William P. Marvin⁴⁷, Emma Griffin⁴⁸ e Ryan R. Judkins⁴⁹ – bem como um incontornável estudo

⁴² Mário Martins, “Experiência e Conhecimento no «Livro da Falcoaria»,” *Revista Portuguesa de Filosofia* 28 (1972): 56-63.

⁴³ Carlos Baeta Neves, “Subsídios para a História da Falcoaria em Portugal,” *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* vol. 101, 1-6 (1983): 21-46.

⁴⁴ Carlos Crespo, *A arte de falcoaria* (Lisboa: INAPA, 1999); Carlos Crespo, *Falcoaria: Arte Real/ Falconry: a Royal Art* (Lisboa: Clube do Colecionador dos Correios, 2013). Embora o projeto que pretendemos desenvolver não tenha como principal enfoque a história animal, destacamos alguns dos textos mais importantes sobre os animais utilizados na cinegética, no Portugal medievo (cão e cavalo): Paulo Drumond Braga, *História dos cães em Portugal: das origens a 1800* (Lisboa: Hugin, 2000); Yann Loïc Araújo, “Contributo para a história da alveitaria e dos cavalos de guerra no Portugal Medieval,” *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias* 98/549 (2004): 19-25; João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998), 151-162; Miguel Gomes Martins, *Para Bellum: organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média: 1245-1367* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007), 267-288; Miguel Gomes Martins, “Armas e cavalos: os arsenais e as coudelarias das Ordens Militares em Portugal na Idade Média,” in *Castelos das Ordens Militares. Atas do Encontro Internacional*, ed. Isabel Cristina Fernandes (Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 2013), 409-426; Afonso Soares de Sousa, “O Cavalo na Idade Média Portuguesa,” *Medievalista* 32 (2022): 171-216.

⁴⁵ John Cummins, *The Hound and the Hawk: the art of medieval hunting* (Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1988).

⁴⁶ Richard Almond, *Medieval Hunting* (Stroud: The History Press, 2003).

⁴⁷ William Perry Marvin, *Hunting Law and Ritual in Medieval English Literature* (Cambridge: Boydell & Brewer, D. S. Brewer, 2006).

⁴⁸ Emma Griffin, *Blood Sport: Hunting in Britain Since 1066* (New Haven: Yale University Press, 2007).

⁴⁹ Ryan Russell Judkins, “Noble Venery: Hunting and the Aristocratic Imagination in Late Medieval English Literature” (Tese de Doutoramento, Ohio State University, 2012).

dedicado aos espaços reservados para a caça, segundo o contexto inglês, de Stephen Miles⁵⁰.

Outras obras, profundamente inseridas nas novas vertentes ambientais da historiografia – analisando o homem na caça, na sua íntima relação com o mundo natural e animal – foram publicadas por Susan Crane (2013)⁵¹ e Hannele Klemettila (2015)⁵².

Já em 2020, na obra *In the Manner of the Franks Hunting, Kingship, and Masculinity in Early Medieval Europe*, Eric Goldberg evidenciou a caça desportiva como tendo um papel vital, mas pouco compreendido, na construção social do poder político⁵³.

3. Fontes

No que diz respeito às fontes, daremos especial enfoque às escritas, embora a iconografia – na escultura, iluminura ou tumulária – e vestígios arqueológicos possam despertar algumas análises secundárias e comparativas.

No âmbito das fontes escritas teremos como ponto de partida a documentação produzida pelo poder central, ou diretamente relacionada com o mesmo, entre os reinados de D. Afonso Henriques e D. João II, inclusive. Este grupo engloba a documentação das chancelarias régias e Cortes, a produção legislativa – fortemente refletida nas várias *Ordenações* – e, ainda, as importantes Inquirições gerais, fundamentais, sobretudo, para o século XIII⁵⁴.

⁵⁰ Esta obra, primeiramente publicada em 2009, compreende um conjunto temático que nos permitirá tecer diversas comparações entre o contexto medieval inglês e o português, nomeadamente no que concerne aos espaços reservados para a caça e as dimensões simbólicas dos mesmos. Stephen Miles, *Parks in Medieval England* (Oxford: Oxford University Press, 2014).

⁵¹ Susan Crane, *Animal Encounters: Contacts and Concepts in Medieval Britain* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2013).

⁵² Hannele Klemetilla, *Animals and Hunters in the Late Middle Ages: Evidence from the BnF MS fr. 616 of the Livre de chasse by Gaston Fébus* (Nova Iorque: Routledge, 2015).

⁵³ Eric Goldberg, *In the Manner of the Franks Hunting, Kingship, and Masculinity in Early Medieval Europe* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2020).

⁵⁴ Neste universo de fontes régias, contamos com diversas publicações, desde logo das suas Chancelarias – que até ao reinado de D. Afonso V (1438-1481) se encontram na sua grande maioria publicadas. Também na documentação respeitante às Cortes dispomos já de uma vasta publicação, promovida sobretudo pelo Centro de Estudos Históricos. Por fim, tanto as Ordenações Régias (de D. Duarte e D. Afonso V) como as Inquirições Gerais (de D. Afonso II, D. Afonso III e de D. Dinis), encontram-se publicadas na íntegra (excetuando as de D. Afonso IV). Consultando os capítulos de Cortes (gerais e especiais) serão recolhidas, entre outras, informações acerca da conflitualidade entre oficiais régios e as comunidades locais, gerada em torno do aproveitamento dos recursos naturais.

Para levar a cabo esta tarefa utilizaremos, quando possível, os compêndios de documentação já publicada. Assim, para o caso da produção documental das chancelarias régias, será percorrida, em primeiro lugar, a *História Florestal, Aquícola e Cinegética* (vols. 1-3). No seguimento, rastreamos os compêndios de documentação régia e chancelarias, publicadas e manuscritas, até ao final do reinado de D. João II. Os dados serão complementados com um levantamento de outra documentação régia preservada no Arquivo Nacional Torre do Tombo, nomeadamente na *Leitura Nova*⁵⁵, no *Núcleo Antigo*⁵⁶ e nas *Gavetas*⁵⁷.

Pretendemos também rastrear o fundo da “Montaria-Mor do Reino” conservado no Arquivo Histórico de Obras Públicas. Ainda que as datações extremas atribuídas a esta documentação se situem entre 1550 e 1883, poderá conter referências relevantes, bem como traslados de cartas remetendo para datações anteriores⁵⁸.

Será também tida em conta a tratadística medieval ligada à prática cinegética e ao tratamento animal. Esta servirá, sobretudo, para colmatar os vazios deixados pela documentação de chancelarias, Cortes, Ordenações e Inquirições gerais, cujo teor é, sobretudo, prático e referente aos oficiais régios e espaços coutados.

Assim, teremos em conta o *Livro de Alveitaria* de Mestre Giraldo⁵⁹, o *Livro da Falcoaria* de Pero Menino⁶⁰, o *Livro da Montaria* de D. João I⁶¹, o *Livro da ensinança de bem cavalgar toda a sela* de D. Duarte⁶² e *Los siete libros del arte de la ciencia de albeitería* de Frei

⁵⁵ Recentemente foi disponibilizado digitalmente pelo Instituto de Estudos Medievais, na designada Coleção Damião de Góis, um índice para diferentes livros deste fundo, facilitando, assim, a sua consulta: “Coleção Damião de Góis: índices da Leitura Nova”, Instituto de Estudos Medievais, Biblioteca Digital, acesso a 27/03/2024, <https://iem.fcsh.unl.pt/colecoes/colecao-damiao-de-gois/>.

⁵⁶ Para esse fim será tido em conta o inventário publicado: Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, Maria de Fátima Dentinho Inglês do Ó Ramos, *Núcleo Antigo: inventário* (Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1996).

⁵⁷ Alguns dos documentos encontram-se publicados ou descritos na coleção: António da Silva Rego, ed., *As gavetas da Torre do Tombo*, 12 vols. (Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977).

⁵⁸ Sobre este fundo veja-se: Mário A. Nunes Costa, “O arquivo da Montaria-Mor do Reino: (1583-1833),” *Revista Portuguesa de História* 11 (1964): 151-176.

⁵⁹ Gabriel Pereira, “Livro d’Alveitaria do Mestre Giraldo,” *Revista Lusitana* 12 (1909): 1-60; Carolina Michaëlis de Vasconcelos, “Mestre Giraldo e os seus tratados de alveitaria e cetraria,” *Revista Lusitana* 13 (1910): 149-432.

⁶⁰ Pero Menino, *Livro de Falcoaria*, ed. Rodrigues Lapa (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1931).

⁶¹ José Maria Abalo Buceta, “Livro da Montaria de D. João I de Portugal (1415-1433)” (Tese de Doutoramento, Universidade de Valladolid, 2008).

⁶² D. Duarte de Portugal, *Livro da ensinança de bem cavalgar toda a sela que fez El-Rey Dom Duarte: edição crítica*, ed. Joseph Piel (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986).

Bernardo Português⁶³. Serão ainda percorridas fontes cronísticas, produzidas entre os séculos XIV e XVI – entre as quais se destacam a *Crónica Geral de Espanha de 1344*⁶⁴, a *Crónica de Portugal de 1419*⁶⁵, as crónicas escritas por Fernão Lopes, Rui de Pina e Gomes Eanes Zurara – e hagiografias, cujos relatos lendários podem, também, remeter para o mundo da cinegética.

4. Metodologia

A documentação recolhida deste leque de fontes será reunida num corpus documental que servirá como ponto de partida para as questões que pretendemos responder. A partir desta base documental compendiada, o projeto será alvo de nova reflexão e reavaliação, de forma a reajustar e redefinir a construção desta tese.

Em seguida, proceder-se-á à construção de uma base de dados com a identificação de todos os oficiais cinegéticos, com os respetivos dados biográficos e a descrição dos seus percursos no desempenho de funções, bem como dos espaços em que atuavam. Esta contará, desde logo, com os 726 monteiros, monteiros de cavalo e monteiros-mores identificados e caracterizados, no âmbito da dissertação de mestrado, entre os reinados de D. Dinis e D. Afonso V. A esta lista serão acrescentados monteiros (até D. João II), bem como couteiros, falcoeiros, açoreiros, caçadores, entre outros oficiais que se revelem importantes na prática cinegética, através de um inquérito muito semelhante, mas adaptado às particularidades de cada grupo.

Estes indivíduos serão, depois, estudados segundo o método prosopográfico, que permitirá estabelecer uma análise de conjunto. Estes dados, aliados ao conhecimento retirado das restantes fontes agora elencadas, permitirão trazer uma renovada reflexão da importância da caça régia medieval portuguesa.

⁶³ O original encontra-se preservado em Madrid (Biblioteca Nacional de España (BNE), Los siete libros de la ciencia de albeitería, MSS/3338, fl.1-128v) e está publicado em: Helena Lafuente Nicolás, “Das Werk Los siete libros del arte de la ciencia de la albeitería des Fray Bernardo Português – eine moderne Umschrift der Folien 1-128v der Handschrift 3338 der Biblioteca Nacional de España in Madrid” (Tese de Doutoramento, Universidade de Munique, 2012).

⁶⁴ *Crónica geral de Espanha de 1344*, ed. Luís Lindley Cintra. 4 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1951-1990).

⁶⁵ *Crónica de Portugal de 1419*, ed. Adelino de Almeida Calado (Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998).

5. Objetivos

Este projeto tem como principal objetivo trazer uma renovada compreensão desta atividade – não apenas enquanto momento recreativo e de preparação militar – que nos permita indagar qual a verdadeira importância da caça régia, no contexto do medievo português. Para tal, tentaremos responder às seguintes questões:

1. Que tipologias de oficialatos, ligados à prática cinegética, existiram? Desde quando e em que moldes se enquadraram no aparelho da administração régia⁶⁶?
2. Onde estavam localizadas as diferentes coutadas régias de caça? E porquê⁶⁷?
3. Quais eram, e de que forma se manifestavam, as conflitualidades pelo aproveitamento dos recursos naturais⁶⁸?
4. Que impacto tinham os animais (caçados e caçadores) no mundo venatório⁶⁹?
5. Como era percecionado, no plano mental, todo este “universo cinegético” de espaços reservados e oficiais régios?

⁶⁶ Por isto entenda-se: aprofundar o conhecimento das diferentes tipologias de oficialatos, bem como o enquadramento desse pessoal cinegético no âmbito das várias esferas administrativas do poder régio. Compreender, ainda, a sua ação enquanto uma estrutura orgânica que partia do poder central e se estendia a todo o reino, através dos seus oficiais periféricos.

⁶⁷ Partindo da dissertação de mestrado, onde detetámos e listámos as coutadas protegidas por monteiros, mas cuja localização não identificámos e cartografámos, serão também identificadas as coutadas guardadas pelos couteiros – outro oficialato régio encarregue de guardar espaços coutados – e mapeados todos esses espaços, com o objetivo de aferir a sua distribuição geográfica e compreender de que forma os traços “permanentes” da paisagem influenciaram a implantação destas reservas cinegéticas e, ainda, de que forma os dois tipos de coutadas (de monteiros e couteiros) se relacionavam entre si na ocupação do território.

⁶⁸ Dado que a ação dos “agentes” régios tinha impacto no aproveitamento que as comunidades locais podiam (ou não) fazer da fauna e flora, importa compreender as relações de conflitualidade entre esses “homens do rei” e os poderes locais ou regionais (concelhios, eclesiásticos e senhoriais) na exploração desses recursos, com o objetivo de compreender de que forma estas relações se refletiam na interação estabelecida entre o homem e o meio natural.

⁶⁹ Tendo em conta a indissociabilidade entre a prática da caça e o mundo animal, pretendemos também caracterizar a relação homem-animal no âmbito da caça régia medieval. Sobretudo através do estudo da criação, tratamento e utilização dos principais animais utilizados na caça desportiva: cães, aves de presa e equídeos.

De forma a reunir todos os objetivos, e ir ao encontro da principal questão desta tese, propomos, por fim, reinterpretar a caça régia, com base em todas as informações reunidas. Procurando interpretar o seu aparelho burocrático e aparato associado para além das suas facetas técnicas e práticas. Teremos em vista, portanto, uma análise da significância da prática da caça régia, dos espaços reservados e dos seus “guardas” – enquanto agentes da imposição régia sobre o mundo natural e humano – também de um ponto de vista simbólico, no plano mental dos indivíduos daquele tempo.